



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 32

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 31 DE MARÇO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo às conveniências dos trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional, resolve cancelar a convocação, feita em 16 do mês em curso, das sessões conjuntas que deveriam realizar-se nos dias 3, 5, 10 e 12 de abril do corrente ano, para apreciação de vetos presidenciais.

Senado Federal, 30 de março de 1962

SENADOR RUI PALMEIRA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Dia 24 de abril:

1) — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.174-B-59, na Câmara e nº 75-61, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis-

tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, no Estado da Paraíba;

2) — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.319-B-61, na Câmara e nº 1-62, no Senado, que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Congresso Nacional, 16 de março de 1962.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.
Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.
Segundo-Suplente — Guido Mondin — PSD.
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

LÍDER

Filinto Müller (PSD).

VICE-LÍDER

Lima Teixeira (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Lobão da Silveira (PSD).
Victorino Freire (PSD).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Guido Mondin (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Saulo Ramos.

DA MINORIA

LÍDER

João Villasbôas (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER

Benedito Valladares.
VICE-LÍDERES

Gaspar Veloso.
Victorino Freire.
Alô Guimarães.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.
Afrânio Lages.
Fadre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Bartos Carvalho.
VICE-LÍDERES

Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.
Nelson Maculan.

DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.
VICE-LÍDER

Miguel Couto.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Mattos.

DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Paulo Fender.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Victorino Freire — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Eugênio Barros — Maranhão.
6. Menezes Pimentel — Ceará.
7. Ruy Carneiro — Paraíba.
8. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
9. Silvestre Péricles — Alagoas.
10. Ary Vianna — Espírito Santo.

11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
12. Gilberto Marinho — Guanabara.
13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.

14. Moura Andrade — São Paulo.
15. Gaspar Veloso — Paraná.

16. Alô Guimarães — Paraná.
17. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.

19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. Juscelino Kubitschek — Goiás.
21. Pedro Ludovico — Goiás.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.
2. Zacarias de Assunção — Pará.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	96,00
Exterior		
Ano	Cr\$	136,00

FUNCCIONARIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39,08
Ano	Cr\$	76,00
Exterior		
Ano	Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,40 c, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

Comissão de Constituição e Justiça

PSD — Jefferson de Aguiar — Presidente.
UDN — Milton Campos — Vice-Presidente.

PSD — Sylvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Lobão da Silveira
UDN — Heribaldo Vieira
UDN — Afonso Arinos
UDN — Afrânio Lages
PTB — Lourival Fontes
PTB — Nogueira da Gama
PL — Aloysio de Carvalho (11).

SUPLENTE

PSD — 1. Ary Vianna
PSD — 2. Benedito Valladares
PSD — 3. Gaspar Velloso
PSD — 4. Menezes Pimentel
UDN — 1. João Villas Boas
UDN — 2. Daniel Krieger
UDN — 3. Sérgio Marinho
UDN — 4. Lopes da Costa
PTB — 1. Barros Carvalho
PTB — 2. Lima Teixeira
PL — 1. Mem de Sá.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Economia

PSD — Gaspar Velloso — Presidente.
PTB — Fausto Cabral — Vice-Presidente.

UDN — Sérgio Marinho
UDN — Fernandes Távora
UDN — Del Caro
UDN — João Arruda
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fender
PTB — Nogueira da Gama (9)

SUPLENTE

PSD — 1. Eugênio Barros
PSD — 2. Sebastião Archer

PSD — 3. Alô Guimarães
UDN — 1. Irineu Bornhausen
UDN — 2. Ovidio Teixeira
UDN — 3. Zacarias de Assumpção
UDN — 4. Sérgio Marinho
PTB — 1. Lima Teixeira
PTB — 2. Saulo Ramos

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Educação e Cultura

PSD — Menezes Pimentel — Presidente.
PL — Mem de Sá — Vice-Presidente.

PSD — Jarbas Maranhão
PTB — Saulo Ramos
PTB — Arlindo Rodrigues
UDN — Reginaldo Fernandes
UDN — Padre Calazans

SUPLENTE

PSD — Lobão da Silveira
PSD — Alô Guimarães
UDN — Lino de Mattos (do PTN)
PTB — Caiado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloysio de Carvalho

Reuniões: às quartas-feiras, às 16 horas.
Secretário: Evanoro Fonseca Paranaçu.

Comissão de Finanças

UDN — Daniel Krieger — Presidente.
PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente.

PSD — Eugênio Barros
PSD — Paulo Coelho
PSD — Gaspar Velloso
PSD — Lobão da Silveira
PSD — Victorino Freire
UDN — Irineu Bornhausen
UDN — Fernandes Távora
UDN — Lopes da Costa
PTN — Lino de Mattos

- Joaquim Parente — Piauí.
- Fernandes Távora — Ceará.
- Reginaldo Fernandes — Rio.
- Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
- João Arruda — Paraíba.
- Afrânio Lages — Alagoas.
- Rui Palmeira — Alagoas.
- Heribaldo Vieira — Sergipe.
- Ovidio Teixeira — Bahia.
- Del Caro — Espírito Santo.
- Afonso Arinos — Guanabara.
- Padre Calazans — São Paulo.
- Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- Milton Campos — Minas Gerais.
- João Villasboas — Mato Grosso.
- Lopes da Costa — Mato Grosso.
- Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- Vivaldo Lima — Amazonas.
- Mathias Olympio — Piauí.
- Leônidas Mello — Piauí.
- Fausto Cabral — Ceará.
- Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
- Barros Carvalho — Pernambuco.
- Lourival Fontes — Sergipe.
- Lima Teixeira — Bahia.
- Caiado de Castro — Guanabara.
- Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
- Miguel Couto — Rio de Janeiro.
- Nelson Maculan — Paraná.
- Saulo Ramos — Santa Catarina.
- Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

- Novaes Filho — Pernambuco.
- Aloysio de Carvalho — Bahia.
- Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

- José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

- Lino de Mattos — São Paulo.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

- Paulo Fender — Pará.

SEM LEGENDA

Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente
Rui Palmeira
Argemiro de Figueiredo
Gilberto Marinho
Mourão Vieira
Novaes Filho
Mathias Olympio
Guido Mondin
Joaquim Parente (9).

Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente.
PSD — Eugênio Barros — Vice-Presidente.
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fernandes
UDN — Lopes da Costa
UDN — Ovidio Teixeira
PTB — Fausto Cabral (7)

SUPLENTE

PSD — Pedro Ludovico
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Sebastião Archer
UDN — Del Caro
UDN — Irineu Bornhausen
PTB — Caiado de Castro
PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

PTB — Fausto Cabral
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PTB — Saulo Ramos
— Dix-Huit Rosado
PL — Mem de Sá (17).

SUPLENTE

PSD — Sylvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Jarbas Maranhão
PSD — Menezes Pimentel
PSD — Pedro Ludovico
PSD — Filinto Müller
UDN — Coimbra Bueno
UDN — Zacharias de Assumpção
UDN — João Arruda
UDN — Milton Campos
UDN — João Villasboas
UDN — Del Caro
PTB — Vivaldo Lima
PTB — Arlindo Rodrigues
PTB — Caiado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.
Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

PTB — Lima Teixeira — Presidente.
PSD — Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

PSD — Lobão da Silveira
PSD — Menezes Pimentel
UDN — Afonso Arinos
UDN — Lopes da Costa
UDN — Afrânio Lages
PTB — Caiado de Castro
PTB — Arlindo Rodrigues (9)

SUPLENTE

PSD — 1. Sebastião Archer
PSD — 2. Sylvestre Péricles
PSD — 3. Eugênio Barros
UDN — 1. Dix-Huit Rosado
UDN — 2. Padre Calazans
UDN — 3. Heribaldo Vieira
PTB — 1. Barros Carvalho
PTB — 2. Lourival Fontes
PTB — 3. Nelson Maculan.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Relações Exteriores

PTB — Vivaldo Lima — Presidente.
UDN — João Villasboas — Vice-Presidente.

UDN — Afrânio Lages.
UDN — Heribaldo Vieira.
PSD — Benedito Valladares.
PSD — Gaspar Velloso.
PSD — Filinto Müller.
PTB — Lourival Fontes.
PL — Aloysio de Carvalho (9).

SUPLENTE

UDN — Milton Campos.
UDN — João Arruda.
UDN — Sérgio Marinho.
PSD — Menezes Pimentel.
PSD — Jefferson de Aguiar.
PSD — Alô Guimarães.
PTB — Nogueira da Gama.
PTB — Barros Carvalho.
PL — Mem de Sá.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretário: Eurico Gory Auler.

Comissão de Redação

UDN — Sérgio Marinho — Presidente.
PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente.

PSD — Alô Guimarães.
PTB — Lourival Fontes.
UDN — Afonso Arinos (5).

SUPLENTE

PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Lobão da Silveira.
UDN — Padre Calazans.
UDN — Heribaldo Vieira.
PTB — Caiado de Castro.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.
Secretária: Sarah Abrahão

Comissão de Saúde Pública

UDN — Reginaldo Fernandes —
Presidente.

PSD — Alô Guimarães — Vice-
Presidente.

UDN — Fernandes Távora.

PSD — Pedro Ludovico.

PTB — Saulo Ramos — (5)

SUPLENTE

PSD — Eugênio Barros.

PSD — Jarbas Maranhão.

UDN — Lopes da Costa.

UDN — Sérgio Marinho.

PTB — Arlindo Rodrigues.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 ho-
ras.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias Assumpção —
Presidente.

PSD — Jarbas Maranhão — Vice-
Presidente.

PSD — Jefferson de Aguiar.

PSD — Silvestre Péricles.

UDN — Sérgio Marinho.

PTB — Caiado de Castro.

PTB — Arlindo Rodrigues (7).

SUPLENTE

PSD — Ruy Carneiro.

PSD — Jorge Maynard.

PSD — Victorino Freire.

UDN — João Arruda.

UDN — Afrânio Lages.

PTB — Saulo Ramos.

PTB — Nelson Maculan.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 ho-
ras.

Secretário: Julieta Ribeiro dos San-
tos.

Comissão de Serviço Público Civil

PL — Aloysio de Carvalho — Pre-
sidente.

PSD — Jarbas Maranhão — Vice-
Presidente.

PSD — Silvestre Péricles.

UDN — Padre Calazans.

UDN — Coimbra Bueno.

PTB — Caiado de Castro.

PTB — Fausto Cabral.

SUPLENTE

PSD — Ruy Carneiro.

PSD — Benedito Valladares.

UDN — Sérgio Marinho.

UDN — Reginaldo Fernandes.

PTB — Nelson Cabral.

PRB — Fausto Cabral.

PL — Mem de Sá.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 ho-
ras.

Secretária: Italina Cruz Alves.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

PSD — Jorge Maynard — Presi-
dente.

UDN — Coimbra Bueno — Vice-
Presidente.

PSD — Victorino Freire.

UDN — João Arruda.

PTB — Fausto Cabral (6)

SUPLENTE

PSD — Jefferson de Aguiar.

PSD — Paulo Coelho.

UDN — Sérgio Marinho.

UDN — Lino de Matos.

PTB — Nelson Maculan.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00
horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Finanças

SEGUNDA REUNIAO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1962

As 16 horas, na Sala das Comis-
sões do Senado Federal, presentes os
Srs. Senadores Daniel Krieger, Pre-
sidente, Lino de Mattos, Ary Vianna,
Del Caro, Milton Campos, Menezes
Pimentel, Fernandes Távora, Pedro
Ludovico e Fausto Cabral, reúne-se a
Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Se-
nadores Eugênio Barros, Paulo Coe-
lho, Gaspar Velloso, Lobão da Sil-
veira, Victorino Freire, Irineu Bor-
nhaus, Lopes da Costa, Dix-Huit
Rosado, Nogueira da Gama, Saulo
Ramos, Barros Carvalho e Mein
de Sá.

É lida e aprovada a ata da reunião
anterior.

Iniciam-se o Sr. Daniel Krieger
distribui ao Sr. Lino de Mattos o
Projeto de Lei da Câmara nº 115,
de 1961, que cria Juntas de Conci-
liação e Julgamento nas 6ª, 8ª, 2ª e
4ª Regiões da Justiça do Trabalho e
das outras providências.

É concedida a palavra ao Sr. Lino
de Mattos que, emite o seguinte pa-
recer: — "A Comissão de Finanças
não se encontra, ainda, em condições
de se manifestar sobre o projeto em
apréço, uma vez que a ilustre Comis-
são de Serviço Público Civil, muito
oportunamente, solicitou a audiência
indispensável ao conhecimento da
matéria".

A sugestão do Sr. Relator é acolhi-
da unanimemente pelos demais mem-
bros da Comissão.

Nada mais havendo que tratar, en-
cerra-se a reunião, da qual eu, Re-
nato de Almeida Chermont, Secretá-
rio, lavro a presente ata que, uma
vez aprovada será assinada pelo Se-
nhor Presidente.

Comissão de Serviço Público Civil

QUARTA ATA DA REUNIAO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1962

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezessete horas e trinta minutos
do dia vinte e nove de março de mil
novecentos e sessenta e dois, presen-
tes os Srs. Aloysio de Carvalho, Pre-
sidente, Jarbas Maranhão, Silvestre
Péricles e Lourival Fontes, suplente,
na ausência justificada do Sr. Caiado
de Castro, reúne-se a Comissão
de Serviço Público Civil. Deixam de
comparecer os Srs. Padre Calazans,
Coimbra Bueno e Fausto Cabral.

Abrindo os trabalhos o Sr. presi-
dente comunica que esta reunião es-
pecial fora convocada para apreciar
o novo parecer do Sr. Jarbas Mara-
nhão ao Projeto de Lei da Câmara
nº 115, de 1961, que cria Juntas de
Conciliação e Julgamento nas 6ª e
8ª Regiões de Justiça do Trabalho,
e das outras providências, esclarecen-
do que, em 27 do mês em curso foi
lido em plenário, pelo relator, um
parecer que concluiu pela audiência
do Tribunal Superior do Trabalho a
fim de que informasse sobre a estru-
tura que devem ter os quadros cons-
tantes dos Anexos que acompanham
o projeto, uma vez que o mesmo se
encontrava desatualizado quanto à
sistemática adotada para os demais
tribunais do país.

Dá em seguida a palavra ao Sr.
Jarbas Maranhão, que, passando à
leitura do parecer informa que, con-
siderando o regime de urgência em
que se acha o projeto e atendendo
a que a organização administrativa
dos órgãos do Poder Judiciário obe-
dece a um padrão uniforme de técni-
ca jurídica, julga que a solução
para o caso poderia ser alcançada
com a adoção dos princípios legal-
mente instituídos para outros tribu-
nais de idêntica natureza. Reporta-se
inclusive à Lei nº 4.047, de 24 de

dezembro de 1961, que reestruturou
os quadros de pessoal da Justiça do
Trabalho da 1ª Região.

Focaliza, ainda, o Sr. Jarbas Ma-
ranhão outros aspectos da proposi-
ção para concluir pela aprovação do
projeto nos termos de duas emendas
que apresenta.

Submetido a votos é o parecer apro-
vado por unanimidade. Nada mais
havendo a tratar, encerra-se a reu-
nião, lavrando eu, Italina Cruz Alves
a presente ata que, uma vez aprova-
da, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 15ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 30 DE MARÇO DE 1962

PREESIDENCIA DO SR. RUI PAL-
MEIRA — MOURÃO VIEIRA E GUI-
DO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se
presente os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Paulo Coelho —
Paulo Fender — Léonidas Mello —
Menezes Pimentel — Sérgio Marinho
Reginaldo Fernandes — Dix-Huit Ro-
sado — Ruy Palmeira — Silvestre Pé-
ricles — Lourival Fontes — Ovidio
Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del
Caro — Jefferson de Aguiar — Arlindo
Rodrigues — Gilberto Marinho —
Venâncio Igrejas — Benedito Valada-
res — Milton Campos — Pedro Ludo-
vico — José Feliciano Saulo Ramos —
Irineu Bornhausen — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o com-
parecimento de 28 Srs. Senadores. Ha-
vendo número legal, declaro aberta a
sessão.

Vai ser lida a ata.

O sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a Ata.

O SR. PAULO COELHO:

(Sobre a Ata — Sem revisão do ora-
dor) — Sr. Presidente, desejaria que
V. Exa. determinasse uma retificação
na Ata, na parte referente às críticas
que eu teria ontem formulado ao
D. A. C. Não é bem isso. Fiz críticas
em relação à morosidade do D.A.S.P.,
alastrada pelos Ministérios e até em
outros setores como o Banco do Brasil.

É que o processo de compra de
aviões, no caso do D.A.C., tramita
a seis meses do Ministério da Fa-
zenda para o da Aeronáutica, deste
para o da Fazenda, novamente, para o
Banco do Brasil e em todos esses se-
tores exigências técnicas da compe-
tência do Ministério da Aeronáutica,
vêm sendo feitas.

Gostaria que V. Exa, Sr. Presidente,
mandasse proceder à correção na Ata.

O SR. PRESIDENTE:

Será feita a retificação solicitada.

Não havendo mais quem peça a pa-
lavra, vou submeter a Ata à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam,
queiram permanecer sentados. (Pau-
sa). A Ata está aprovada.

Há expediente sobre a mesa que
vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Avisos do Sr. Ministro da Fazenda:

Nº GB-41, de 19 de março — Trans-
mite esclarecimentos prestados pelo
Serviço de Lucros Extraordinários, da
Divisão do Imposto de Renda, sobre
a matéria do Requerimento nº 135,
de 1961, do Sr. Senador Nogueira da
Gama.

Nº GB-44, de 21 de março — Trans-
mite informações prestadas pela Con-
tadoria Geral da República sobre a

matéria do Requerimento nº 40, de
1962, do Sr. Senador Paulo Coelho.

Ofício nº 2.368, de 20 de março, da
Federação das Indústrias do Estado
de São Paulo — formula considera-
ções sobre o Projeto de Lei da Câ-
mara nº 2, de 1962, que complemen-
ta a organização do sistema parla-
mentar de governo e estabelece ou-
tras disposições.

COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente do Senado Federal.

Nos termos do Regimento Interno
desta Casa, comunico a Vossa Exce-
lência que me ausentarei do País, em
missão oficial, a partir de 2 de abril.
Sala das Sessões, em 30 de março
de 1962. — Senador Irineu Bornhau-
sen.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.
Há oradores inscritos. Com a pala-
vra o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Se-
nhor Presidente, os jornais publicam,
hoje, noticiários sobre a visita que
fiz ao Sr. Presidente da República,
no Rio de Janeiro, a Confederação
Nacional do Comércio, representada,
fisicamente, por quase todos os seus
Líderes o que significa acontecimen-
to que não pode deixar de ser assi-
nalado pelos homens do Congresso
Nacional que vêm na atitude desse
órgão consultivo do Estado uma to-
mada de posição bem a propósito, na
difícil conjuntura que atravessa o
País. Tomada de posição essa que me-
rece da parte dos homens de boa-
vontade e que lutam por uma ordem
social melhor nesta Nação, todo o
acatamento, apêço e mesmo aplauso.

O manifesto que a classe de comer-
ciantes deste país apresentou ao Se-
nhor Presidente da República, faço
desta tribuna com que seja trans-
crito nos Anais do Senado, porque
representa uma definição e um pro-
pósito que se colocam na mesma es-
fera dos propósitos e das definições
dos brasileiros que lutam no Congres-
so Nacional por que se encontre uma
consciência comum e patriótica para
a solução dos nossos angustiosos pro-
blemas.

Tenho sido na tribuna do Senado
um lutador intransigente das reivin-
dicações dos pobres, pelas concessões
que o capitalismo deve fazer à so-
ciedade a fim de que a causa traba-
lista seja atendida no seu processo
e na sua evolução.

Estou, por conseguinte, à vontade
para levar a minha palavra de aplau-
so aos homens do comércio que, en-
trevisando-se com o Senhor Presi-
dente da República lhe apresentaram
o manifesto em questão.

Diz o Presidente da Confederação
Nacional do Comércio, Sr. Charles
Edgard Moritz, falando em nome de
sua classe e saudando o Sr. Presi-
dente da República:

"O Conselho de Representantes
da Confederação Nacional do
Comércio, atualmente reunido
nesta Capital, deliberou fazer esta
visita coletiva ao Chefe da
Nação, não apenas para cumprir
um dever de cortesia, mas para
testemunhar-lhe o apêço e a
confiança com que está acompa-
nhando a gestão de seu governo."

Comparecem, aqui, homens de
todas as regiões do país, do Ama-
zonas ao Rio Grande do Sul, ofe-
recendo-lhe a visão, até física, do
do comércio brasileiro. Eles re-
presentam todas as categorias
econômicas em nossa classe, cujo
pensamento, interpretam como
seus autênticos delegados dentro
da Confederação, seu órgão sin-
dical de cúpula.

Homens de empresa, exercendo
atividades do sistema de uberda-
de assegurado pela Constituição,
trazem para os estudos econômi-
cos e sociais da sua entidade me-
moria de suas experiências e sua

experiência e dos seus conhecimentos dos pronunciamentos que se deve emitir como órgão consultivo do Estado. Não os anima, entretanto, o espírito de classe, apenas, para os interesses egoístas de sua profissão. Nem os congrega a ideia de constituir-se em grupo econômico, de pressão sobre os destinos do país.

Ao contrário, suas manifestações aos órgãos da administração são permanentemente impregnadas do mais alto espírito público, encarando os problemas, antes pelo aspecto do interesse nacional, do que pelo ângulo restrito do interesse de classe. Da sua posição, ante a questão social, dizem bem, as iniciativas que empreenderam e mantêm com suas contribuições exclusivas, para atender aos nossos companheiros de profissão, os empregados no comércio, e que se chamam Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Interrompo a leitura, Sr. Presidente, para comentar essa parte do manifesto.

Realmente, o SESCO e o SENAC são duas instituições de que se valem os comerciantes e que existem por contribuição exclusiva dos comerciantes. E da parte dos homens de empresa em atendimento a solicitações que não podiam deixar de ser atendidas pelos empregadores para as quais o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes não estava devidamente aparelhado, à época em que se criaram essas instituições.

Mas é preciso assinalar que esses órgãos são resultado da posição trabalhista do Presidente Getúlio Vargas, cujo especial *savoir faire* de conciliador pertinaz sempre logrou êxito nas gestões entre oprimidos e opressores, se posso dizer assim, entre ricos e pobres, entre abastados e remediados. Foi Getúlio Vargas quem conseguiu a Associação Comercial e, em última instância, da Confederação Nacional do Comércio a acolhida para que esses organismos, hoje providamente úteis, pudessem aparecer no relívio da previdência social brasileira. Faço essa referência ao Presidente Getúlio Vargas, iguais medidas foram pleiteadas e conseguidas no setor industrial, porquanto sabemos da existência do Sesi e do Senai, organismos semelhantes àqueles de caráter comercial a que nos estamos referindo.

Prossegue o Senhor Presidente da Confederação Nacional do Comércio:

(Lê):

"Em momento crucial para os destinos da nação, no ano findo, a Confederação Nacional do Comércio teve oportunidade de definir, pela palavra do seu presidente, sua posição ante a conjuntura do país. Seu pensamento pôde ser, ainda agora, traduzido pelas mesmas palavras, que mantêm plena atualidade.

APÊLO DO TRABALHO

"Em nome do comércio devo declarar que estamos mobilizados e prontos a dar nossa quota de esforço e mesmo sacrifício, ao lado do povo e do governo, na grande tarefa que o momento impõe a todos nós.

Ao lado do comércio regular, honesto, estabelecido em lugar certo, integrado em seus sindicatos, federações, e na sua Confederação Nacional, não há lugar para os egoístas, os gananciosos, os fraudadores e os exploradores.

Senhor Presidente, interrompo novamente a leitura do manifesto para assinalar que está tendo eco, na nossa luta pelo estabelecimento de condições de vida entre povos e classes conservadoras, em bases honestas, que tenham por escopo principal o

trabalho sem fadiga, mas justamente compreendido e situado na sociedade brasileira, quer quanto a obrigações de empregados, a deveres de empregados, como a obrigações e deveres de empregadores. São os homens responsáveis do comércio brasileiro, pelo seu principal órgão de classe, que vêm dizer à Nação que o bom comerciante, o autêntico homem de empresa em luta pelo engrandecimento deste País não se compadece com processos de fraude, de distorções da ordem econômica, e antes querem o que é justo, o que é honesto e o que é são. (Continua lendo):

Repelimos sem contemplações, todos aqueles que se desviam do nosso código de ética profissional e acarretam para o bom nome de nossa classe, o desespério dos demais setores da vida brasileira. Por assim pensar e proceder, sentimo-nos com autoridade para endereçar um apelo a todos os patrícios, sejam quais forem suas crenças ou convicções, partidárias, ou sua profissão: unamo-nos todos em torno dos poderes constituídos do país. Apêlo do trabalho, para aumento da produção. Apêlo e esforço para que seja preservada a ordem legal, mantidas as instituições democráticas e todas as liberdades, entre as quais se inclui a de iniciativa. Só assim estaremos defendendo, numa hora de dificuldade, a sobrevivência do espírito cristão e democrático, que é a vocação de todos os brasileiros.

"O decorrer dos dias só nos tem fortalecido nesta convicção. E para isso vem concorrendo, de maneira irrecusável, a serenidade, a moderação e a vontade de aceitar reveladas por Vossa Excelência, Senhor Presidente João Goulart, a frente dos destinos da nação. Essas virtudes são fundamentais para estimular a confiança nacional, de modo especial a dos setores da produção, onde constitui elemento imprescindível: ao exercício proveitoso das atividades.

Nossa presença, aqui, Senhor Presidente, visa a transmitir-lhe a segurança de que sua ação está sendo compreendida, e desperda o aplauso dos setores da produção em que o comércio desempenha papel relevante.

Em nome da classe que representamos, aqui viemos testemunhar-lhe a confiança com que acompanhamos sua atuação, e nossa convicção de que a iniciativa, o capital e os investimentos privados — criadores da verdadeira riqueza nacional — devidamente estimulados por acertadas medidas do governo constituirão elemento fundamental, na obra da salvação pública em que todos devemos nos empenhar.

O comércio brasileiro, testemunhando seu respeitoso apreço ao Chefe da Nação, formula melhores votos para que, acompanhando da cooperação de todos os setores da vida brasileira, possa conduzir o país com firmeza e segurança, para os seus grandes destinos de ordem e de progresso.

Sr. Presidente, muito embora o comércio se tenha dirigido apenas a um dos Poderes da República, o Executivo quando apela para outros setores da vida brasileira, evidentemente inclui o Congresso Nacional, que não tem faltado com o seu esforço e colaboração. Esperamos nós, os trabalhistas e todos aqueles que exercitam com honestidade e patriotismo a democracia brasileira, através das diversas legislações partidárias que os projetos de lei em tramitação nesta Casa que constata reformas de base de que necessitamos para a paz social com que sonhamos tenham curso rápido e sua aprovação ainda nesta sessão le-

gislativa a fim de que possa o país se desangustiar, se desanimar, se desafiagar da situação em que se encontra e melhores níveis de vida, melhores condições de habitabilidade, de convivência social possam existir, a fim de que prossigamos no desenvolvimento do Brasil.

Outro assunto Sr. Presidente que me traz à tribuna é o dever que sinto de congratular-me com o Sr. Ministro de Minas e Energia pela defesa intransigente com que tem assinalado a sua gestão na importante pasta que dirige, fazendo menção especial à Portaria que S. Ex.^a ontem fez baixar disciplinando a exportação de minério.

Determina a Portaria o seguinte:

A) seja mantida rigorosa fiscalização no que concerne ao caso de cessão de direito relativa à exploração de jazidas minerais, e de aumento de capital das sociedades de mineração; B) que somente seja dado curso a processos de tal natureza depois de devidamente comprovada pelas partes interessadas, a quitação de impostos, taxas e demais exigências fiscais incidentes; C) que, nos casos de excesso de direitos relativos à exploração de jazidas minerais ou de incorporação dos mesmos a patrimônio de sociedade de mineração se proceda a rigorosa revisão dos valores atribuídos pelas partes nas transações por elas realizadas com a determinação das correções e providências que se fizerem necessárias no interesse da fazenda nacional.

Sr. Presidente, é ato louvável este do Sr. Ministro de Minas e Energia que, fiel à política nacionalista de defesa das nossas jazidas minerais e de disciplina na exportação dos minérios deste país, vem dar um atestado de que a sua presença naquela pasta é um imperativo nacional, ao que S. Ex.^a não pode fugir porque mereceu a confiança de todos os brasileiros que aplaudiram a indicação do seu honrado e ilustre nome para tão elevadas funções. (Muito bem. Muito bem!)

Enquanto discursava o sr. Paulo Pender o sr. Rui Palmeira deixa a Presidência, assumindo-a o sr. Mourão Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente:

Quero manifestar minha profunda tristeza pelo espetáculo negativo que a todos oferece a situação atual, de irrecusável inércia e de desprimorosa pusilanimidade ante os gravíssimos problemas que se apresentam, esmagando o povo brasileiro e liquidando lentamente com as instituições democráticas.

Não desejo que o seu silêncio constitua motivo de arguição de solidiedade, por omissão. Não me conformo nem me filio à falsa liberalidade dos que tudo dão do que é alheio, na mísera convicção de que assim procedendo conseguiriam apaziguar reações viris e manifestações patrióticas.

Não quero que me julguem capaz de conciliações e prodigalidades perniciosas, que abastardam o regime e aniquilam as liberdades humanas, a sombra nefasta da inflação maligna que deteriora as instituições e fulmina as resistências humanas.

Ao contrário, julgo indispensável à vitalidade das instituições a luta permanente e indomida contra as clientelas eleitorais e contra as partilhas do erário, posto clandestinas, algumas vezes, ao sabor da corrupção e da ganância mais desenfreadas que imperam e graasam com a violência

dos processos mais destruidores. Nenhuma Nação suportará tamanho esforço. Nenhum povo se submeterá a tamanhas exigências infrutíferas, negativas e anárquicas, como se tem caracterizado. Lamentavelmente, alguns esforços profícuos, que se iniciaram, mas posteriormente foram subjugados pelas reivindicações egoísticas ou pelo acicate dos enriquecimentos fáceis.

O Governo, na hora atual, deveria redobrar-se em esforços contenedores das investidas de classes ou grupos, dedicando-se exclusivamente ao combate inflacionário, cuja espiral inflável pela disputa infrene de salários e preços, numa maratona letal, tem as características terríveis de tentáculos estranguladores de todas as classes sociais, umas falsamente amparadas, por período certo, e outras esquecidas na absorção de suas resistências vitais, em processo neoplástico incontrolado, e, ao revés, estimulado pela ação governamental, sempre marcada pelos erros, pelas tentativas e pelas fugas das convicções.

O Governo sente-se fraco. Assim se proclama a todo momento, nas propostas que formula e nas reações que esboça. Apresenta-se anêmico, e se compraz com a situação, porque nunca se insurgirá contra as investidas prejudiciais à Nação. Quer exercer o poder, mas não o consegue. Não tem o merecimento sequer do jogador, que tudo lança no pano verde para conquistar algo que almeja nele ao menos resta a coragem humana que se exhibe; naquele o excessivo instinto de conservação, aniquilá-lo penosa e melancolicamente, sem a grandeza segredos dos vencidos que combateram virilmente.

Vai carregado pelos acontecimentos, que o surpreende; jamais orientará e marcará as ocorrências decisivas deste País. Assim, mansa e indefinidamente, tudo está contido, campanulado ou envolvido dentro dos traços, em brasa, da inépcia, do medo ou da ausência de propósitos maiores. O quadro nacional é trágico. São os mesquinhos dominam: são os frustrados procuram orientar; são os acomodados merecem aplausos; são os corruptos e corruptores têm inteligência; são os que barganham são considerados. Nessa inversão fantástica e incrível de conceitos, a sociedade se esvai. A tristeza domina as últimas resistências; a inutilidade de esforços cria nova mentalidade nacional, da conquista dos favores fáceis, na partilha rápida do que é de todos, na consagração de masoquismo singular e estranho, de destruição geral. Cria-se armadilha que a todos aprisionará, destruído nos irremediavelmente. Fortalecem-se fatores de envolvimento da Nação numa ditadura, militar ou comunista, sem que qualquer cidadão tenha capacidade de opção ante tal dilema esmagador e contrastante.

A produção e a produtividade não são estimuladas. A especulação não é contida. Ladeia-se ou contorna-se o problema. É difícil e penoso enfrentá-los. Passa-se adiante, com a distribuição farta de meios de pagamento, numa prodigalidade passível de curatela salvadora. No mesmo passo que se pretende decidir a questão suscitada pelos acontecimentos reais, mais se afasta esta possibilidade, porque tudo é esquecido pela liberalidade funesta e desintegradora, da autoridade e da situação sócio-econômica do País.

Coragem para negar, tem-na poucos; mas audácia para conceder, muitos a possuem. Na imprevisão e na improvisação que destocam indelevelmente as concessões utilitaristas.

As elites não se aperceberam, ainda que, na conjuntura atual, mais vale conceder um pouco do muito que lhes resta em favor dos desafortunados do que lutar, à sorrelha, em fa-

vor de maiores riquezas, ameaçadas e precárias.

Só na felicidade geral encontra guarida e proteção a felicidade pessoal. As riquezas são passageiras e o valor da consciência é eterno; deveriam proclamar aqueles que, nacionais e estrangeiros, exploram, especulam e espoliam avaramente, no enaltecimento suicida de fugazes anseios, os aflitos nacionais, povo que, em suma, se contorce nas angústias da desproteção.

A luta contra a carestia importa em processo redutivo de gastos, de prazeres e na renúncia das farturas afrontosas. O esforço valeria as consequências benéficas do cometimento patriótico. Porém, muitos não creem no futuro, porque não lhes val a alma a fé que enriquece e dá conteúdo à personalidade. Não vêem o amanhã, porque acreditam no perecimento imediato. Daí a necessidade que os insufla do gozo e da exibição. Quem desaparece carregando toda a sociedade na onda rubra das reações multitudinárias, se é que pensam, raciocinam e avaliam a relação de causalidade que os seus atos irão gerar, inelutavelmente.

Marca-se, assim, uma época triste e sem conteúdo de valia, no esgarçamento das instituições e na diluição das resistências, criando-se e fortalecendo-se tudo aquilo que se anuncia combater.

Que o último alento — a visita da vida que anuncia a morte — valha ao Governo a incumbência de combater o custo de vida, reduzindo-o, com energia, com mão forte, sem discrepâncias ou temores infantis, mas, na realidade, com o esforço gigantesco, que a todos enfrentará para salvar a Nação e resguardar o povo brasileiro dos desastinos e de maiores sacrificios, que a ninguém pode ser exigido mais.

Que o milagre de Deus e o esforço dos homens se unam neste país para a conquista da grande obra de salvação nacional, sem retardamento, porque os segundos, nesta hora, equivalem aos séculos de sobrevivência da humanidade (*Muito bem! muito bem! palmas*).

O SR. SÉRGIO MARINHO:

Tem a palavra o nobre Senador Sérgio Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Senhor Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, nos termos do artigo 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Sobre o mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 98, de 1962

Nos termos do art. 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 178, de 1961, que isenta do imposto de consumo os fertilizantes simples e compostos destinados à aplicação em atividades agrícolas.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1962. — *Rilinto Müller*, Líder da Maioria — *José Feliciano*.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento será votado no fim da Ordem do Dia, na forma do art. 323, do Regimento Interno.

Sobre a mesa Ofícios que serão lidos pelo Senhor 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO

Em 28 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão Especial do Projeto de Emendas à Constituição nº 9, de 1961, em virtude de falecimento do Sr. Senador Cunha Mello, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-la na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — a) *Daniel Krieger*.

OFÍCIO

Em 28 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961, em virtude do falecimento do Sr. Senador Cunha Mello, solicito se digne V. Exa. de designar quem deva preenchê-la, na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — a) *Daniel Krieger*.

OFÍCIO

Em 28 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961, em virtude do falecimento do Sr. Senador Cunha Mello, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva para preenchê-la na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações a) — *Milton Campos*.

OFÍCIO

Em 28 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3-61, em virtude de falecimento do Senhor Senador Cunha Mello, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-la, na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — a) *Aloysio de Carvalho*.

Em 28 de março de 1962

OFÍCIO

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão Especial de Estudo dos Problemas das Secas do Nordeste, em virtude do falecimento do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-la, na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — a) *Reginaldo Fernandes*.

OFÍCIO

Em 28 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vaga na Comissão Especial de Mudança da Capital, em virtude de haver deixado o exercício do mandato ao Sr. Senador Mendonça Clark, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-la na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — a) *J. Coimbra Bueno*.

OFÍCIO

Em 30 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vagas na Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961, em virtude do

falecimento do Sr. Senador Cunha Mello e do afastamento dos trabalhos do Senado do Sr. Salviano Leite, solicito se digne V. Exa. de designar quem deva preenchê-las, na forma do disposto no art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — a) *Sérgio Marinho*.

OFÍCIO

Em 30 de março de 1962

Senhor Presidente,

Havendo vagas na Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961, em virtude do falecimento do Sr. Senador Cunha Mello e do afastamento dos trabalhos do Senado

do Sr. Salviano Leite, solicito se digne Vossa Excelência de designar quem deva preenchê-las, na forma do art. 77 do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — a) *Sérgio Marinho*.

São lidas as seguintes:

INDICAÇÃO

Em 28 de março de 1962

Tenho a honra de, em obediência ao disposto no art. 77 do Regimento Interno, apresentar a Vossa Excelência as indicações necessárias para o preenchimento, nas Comissões Especiais, de vagas que cabem ao Partido Trabalhista Brasileiro, na forma abaixo:

Comissão	Vaga do Senador	Indicado Senador
Projeto de Emenda à Constituição número 2/61	Cunha Mello	Barros Carvalho
Projeto de Emenda à Constituição número 3/61	Cunha Mello	Caiado de Castro
Projeto de Emenda à Constituição número 4/61	Cunha Mello	Lima Teixeira
Projeto de Emenda à Constituição número 7/61	Cunha Mello	Vivaldo Lima
	Salviano Leite	Lourival Fontes
Projeto de Emenda à Constituição número 8/61	Cunha Mello	Fausto Cabral
	Salviano Leite	Vivaldo Lima
Projeto de Emenda à Constituição número 9/61	Cunha Mello	Barros Carvalho

Atenciosas saudações *Barros Carvalho*

INDICAÇÃO

Em 28 de março de 1962

Senhor Presidente

De conformidade com o disposto no artigo 77 do Regimento Interno, tenho a honra de indicar o Senhor Senador Gaspar Velloso para preencher a vaga aberta na Comissão de Estudo dos Problemas das Secas do Nordeste pelo falecimento do Sr. Senador Francisco Gallotti.

Atenciosas saudações. *Benedito Valares*.

Em 28 de março de 1962

INDICAÇÃO

Senhor Presidente

Para os lugares não preenchidos nas Comissões Especiais que deverão emitir parecer sobre os Projetos de Emendas à Constituição ns. 10 e 11, de 1961, na representação da União Democrática Nacional tenho a honra de indicar as Srs. Senadoras Lopes da Costa e Venâncio Igrejas, respectivamente.

Atenciosas saudações. *Padre Calazans*.

O SR. PRESIDENTE:

Conforme se vê dos ofícios que acabam de ser lidos, os Presidentes de várias Comissões Especiais pedem o preenchimento de vagas nelas existentes.

Dê acordo com as indicações, que, também, acabam de ser lidas, dos Srs. Líderes, a Presidência faz as seguintes designações:

Na Comissão de Projeto de Emenda à Constituição nº 2 de 1961, na vaga do Sr. Senador Cunha Mello designo o nobre Senador Barros Carvalho.

Na Comissão de Projeto de Emenda à Constituição nº 3 de 1961, na

vaga do nobre Senador Cunha Mello, designo o nobre Senador Caiado de Castro.

Na Comissão de Projeto de Emenda à Constituição nº 4 de 1961, na vaga do nobre Senador Cunha Mello, designo o nobre Senador Lima Teixeira.

Na Comissão de Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961, na vaga dos nobres Senadores Cunha Mello e Salviano Leite, designo os nobres Srs. Senadores, Vivaldo Lima e Lourival Fontes.

Na Comissão de Projeto de Emenda à Constituição nº 8 de 1961, na vaga dos nobres Srs. Senadores Cunha Mello e Salviano Leite, designo os nobres Srs. Senadores Fausto Cabral e Vivaldo Lima.

Na Comissão de Projeto de Emenda à Constituição nº 9 de 1961, na vaga do nobre Sr. Senador Cunha Mello designo o nobre Senador Barros Carvalho.

Na Comissão Especial de Estudos dos Problemas das Secas do Nordeste, na vaga do nobre Senador Francisco Gallotti, designo o nobre Senador Gaspar Velloso.

Na Comissão Especial de Mudança da Capital, na vaga do nobre Senador Mendonça Clark, designo o nobre Senador José Feliciano.

Para os lugares que deixaram de ser preenchidos nas Comissões Especiais ontem eleitas, são designadas:

Para a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10 de 1961, o nobre Senador Lopes da Costa.

Para a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11 de 1961, o nobre Senador Venâncio Igrejas. (*Pausa*).

Srs. Senadores, ainda uma comunicação a fazer.

Comunico ao Senado que, atendendo às conveniências dos trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional, es-

a Presidência deliberou cancelar a convocação das sessões conjuntas que fariam realizar-se nos dias 3, 5, 10 e 12 de abril do corrente ano, para apreciação de vetos presidenciais. (Pausa).

No transcurso do expediente comparecem mais os Srs. Senadores:

Victorino Freire — Joaquim Parente — Fernandes Távora — Felinto Müller e Lopes da Costa — (5)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mes: ofício que vai ser lido.

E' lido o seguinte

OFÍCIO

Brasília, em 30 de março de 1962.
Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que passa a exercer as funções de Vice-Líder da Maioria o Senador Jefferson de Aguiar.

Na minha ausência e na do Vice-Líder Senador Lima Teixeira, o Senador Jefferson de Aguiar exercerá a liderança da Maioria.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alto apreço e distinta consideração. Senador Felinto Müller, Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa ficou ciente.

ORDEM DO DIA

Discussão única do projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1961 (nº 93, de 1959, na Casa de origem), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho, e da outras providências — em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno em virtude do Requerimento nº 77, de 1961, dos Srs. Lima Teixeira (Líder da Maioria, em exercício), Lobão da Silveira e Jarbas Maranhão, aprovado na sessão de 21 do mês em curso — dependendo de pareceres das Comissões.

— de Constituição e Justiça,

— de Legislação Social,

— de Serviço Público Civil e

— de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão do dia 27 do corrente, este projeto foi retirado da Ordem do Dia para a diligência proposta pela Comissão de Serviço Público Civil.

Em data de 28, foi feita a consulta ao Tribunal Superior do Trabalho.

A resposta não foi recebida até a presente data. Achando-se a matéria em regime de urgência, teve de ser incluída em Ordem do Dia da presente Sessão, em virtude do término do prazo de 72 horas, dentro do qual, segundo o Regimento, deveria ser realizada a diligência.

Já chegou à Mesa o pronunciamento definitivo da Comissão de Serviço Público Civil, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

— O Sr. 1º Secretário procede à leitura do seguinte:

Parecer nº 64, de 1962

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1961, (nº 93-C, de 1959), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas 6ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho, e da outras providências.
Relator: Senador Jarbas Maranhão

Esta Comissão, em parecer anterior verificando que o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1961, se encontra-

va desatualizado, no que tange à sistemática adotada para os demais tribunais do País, opinou fosse o mesmo sobre estado, a fim de que o Superior Tribunal do Trabalho informasse sobre a estrutura mais conveniente para o quadro das Juntas a serem criadas, consoante o sistema legal vigente.

Verificando-se, todavia, que a proposição se acha em regime de urgência, impraticável seria o cumprimento da diligência requerida, à vista das necessárias consultas que o Tribunal Superior do Trabalho teria de fazer junto aos Tribunais Regionais respectivos.

Assim, atendendo a que a organização administrativa dos órgãos do Poder Judiciário obedece a um padrão uniforme de técnica jurídica, a solução para o caso pode ser alcançada com a adoção dos princípios legalmente instituídos para outros tribunais de idêntica natureza.

Ainda recentemente, o Congresso Nacional fez editar a Lei nº 4.047 de 21 de dezembro de 1961, através da qual foram reestruturados os quadros de pessoal da Justiça do Trabalho da 1ª Região, de acordo com as normas traçadas pelas Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.862, de 1960.

No mesmo sentido, encontra-se em fase adiantada de estudos, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3.755, de 1961, oriundo de Mensagem do Tribunal Superior do Trabalho, que abjetiva reorganizar os quadros de Pessoal das 4ª e 5ª Regiões, pela forma indicada na Lei nº 4.047 de 1961.

E' verdade que o presente Projeto, como seria de desejar, não oferece a solução ampla que a matéria exige, ou seja a de reestruturar os quadros do Pessoal das 6ª e 8ª Regiões; mas apenas focalizar os cargos a serem criados, em razão das novas Juntas de Conciliação e Julgamento a serem instituídas.

Nem por isso, porém, se justifica a procrastinação do Projeto, desde que se possa, pela menos em parte, atualizar o organograma relativo aos quadros de pessoal dos órgãos nele tratados.

Outro aspecto que convém notar é o relativo ao preceituado nos artigos 5º e 6º do projeto, pelos quais são criadas duas Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo uma na 2ª Região, com sede em Limeira, Estado de São Paulo, e outra na 4ª Região, em Itajaí, Estado de Santa Catarina. De sorte, constata-se que a emenda do projeto não corresponde ao seu texto, devendo, por isso, ser retificada pela Comissão de Redação.

Da mesma forma, devem ser alterados os quadros que acompanham o projeto, para que sejam criados os cargos necessários ao funcionamento dessas Juntas.

Em consequência das alterações supra recomendadas, impõe-se, também, a modificação do art. 11 do projeto, para que o mesmo faça remissão às demais Juntas a serem criadas.

O parágrafo 2º do art. 7º, por sua vez, merece reparo de redação, eis que dispõe, equivocadamente, sobre a fixação dos vencimentos relativos a todos os cargos a serem criados, mandando que se lhes apliquem, para tal fim, as disposições das Leis ns. 3.414, de 20 de junho de 1958, e 3.531, de 19 de janeiro de 1959, quando a primeira não regula a situação de todos

os cargos especificados no projeto e, a segunda, dispõe apenas sobre a concessão de um abono de emergência.

Do ponto de vista da técnica legislativa, § 2º do art. 7º deveria reportar-se ao que prescreve o próprio ar-

tigo e não às determinações amplas da proposição.

Desta sorte, atentas as indicações recomendadas na espécie, opinamos pela aprovação do projeto, nos termos das seguintes:

EMENDA Nº 1-CSPC

Substituíam-se as tabelas A e B a que se refere o artigo 11 do Projeto pelas seguintes:

TABELA A

5ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cargos Isolados de Provisamento Efetivo

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
2	Chefe de Secretaria das 4ª e 5ª JCJ do Recife	PJ-1
6	Chefe de Secretaria das JCJ de Goiânia, Nazaré, da Mata, Escada, Palmares, Jaboatão e de Caruaru	PJ-2
2	Oficial de Justiça das 4ª e 5ª JCJ do Recife	PJ-8
6	Oficial de Justiça das JCJ de Goiânia, Nazaré da Mata, Escada, Palmares, Jaboatão e de Caruaru	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
10	Oficial Judiciário, sendo 4 para as 4ª e 5ª JCJ do Recife e 6 para as mais JCJ ora criadas	PJ-7
12	Auxiliar Judiciário, sendo 6 para as 4ª e 5ª JCJ do Recife e 6 para as mais JCJ ora criadas	PJ-9
10	Servente, sendo 4 para as 4ª e 5ª JCJ do Recife e 6 para as mais JCJ ora criadas	PJ-13

TABELA B

8ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cargos Isolados de Provisamento Efetivo

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
2	Chefe de Secretaria das 2ª e 3ª JCJ de Manaus e Belém	PJ-1
3	Chefe de Secretaria das JCJ de Parintins, Capanema e Santarém	PJ-2
2	Oficial de Justiça das 2ª e 3ª JCJ de Manaus e Belém	PJ-8
3	Oficial de Justiça das JCJ de Parintins, Capanema e Santarém	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
4	Oficial Judiciário, sendo 2 para a 3ª JCJ de Belém e 2 para as JCJ de Capanema e Santarém	PJ-7
4	Auxiliar Judiciário, sendo 2 para a 3ª JCJ de Belém e 2 para as JCJ de Capanema e Santarém	PJ-9
4	Servente, sendo 2 para a 3ª JCJ de Belém e 2 para as JCJ de Capanema e Santarém	PJ-13

TABELA C
2ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Cargos isolados de Provisamento Efetivo

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
1	Chefe de Secretaria da JCJ de Limeira	PJ-2
1	Oficial de Justiça da JCJ de Limeira	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
1	Oficial Judiciário para a JCJ de Limeira	PJ-7
1	Auxiliar Judiciário para a JCJ de Limeira	PJ-9
1	Servente para a JCJ de Limeira	PJ-13

TABELA D
4ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Cargos isolados de Provisamento Efetivo

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
1	Chefe de Secretaria da JCJ de Itajai	PJ-2
1	Oficial de Justiça da JCJ de Itajai	PJ-9

Cargos de Carreira

Número de Cargos	CARGOS	Padrões
1	Oficial Judiciário para a JCJ de Itajai	PJ-7
1	Auxiliar Judiciário para a JCJ de Itajai	PJ-9
1	Servente para a JCJ de Itajai	PJ-13

EMENDA Nº 2 — C.S.P.C.

Dê-se ao parágrafo 2º do artigo 7º a seguinte redação:

"Artigo 7º.

Parágrafo 2º — Os vencimentos e as gratificações dos cargos e funções que trata este artigo são regulados pela Lei número 3.414, de 20 de junho de 1958".

EMENDA Nº 3 — C.S.P.C.

Dê-se ao artigo 11 do projeto a seguinte redação:

"Artigo 11/ São criados, nos quadros do Pessoal da Justiça do Trabalho as 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Regiões, para lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta lei, os cargos constantes das Tabelas anexas".

Sala das Comissões, 29 de março de 1962 — Aloysio de Carvalho Presidente. — Jarbas Maranhão, Relator. — Silvestre Péricies, — Lourival Pontes.

Após a leitura do parecer, o Sr. Mourão Vieira deixa a Presidência assumindo-a o Sr. Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

A Comissão de Finanças terá de manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 115 e o fará verbalmente.

Não está presente o Relator da matéria, o nobre Senador Lino de Ma-

tos. Também não está presente o nobre Presidente da Comissão de Finanças, Senador Daniel Krieger.

A Mesa solicita o Parecer do relator da Comissão de Finanças Senador Fernandes Távora.

O SR. FERNANDES TÁVORA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, como Relator da matéria e em nome da Comissão de Finanças,

declaro-me de acordo com o Parecer da Comissão de Serviço Público Civil, em relação ao Projeto nº 115 e às Emendas que lhe foram adicionadas.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto e as Emendas. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Fica adiada a votação do Projeto nº 115, por falta de quorum.

Em discussão o Requerimento nº 98, lido no início do Expediente. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Fica adiada a votação por falta de quorum.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, desta tribuna em discurso que pronunciei quando da convocação do Congresso em fevereiro próximo passado, eu tive a oportunidade de fazer ligeiros comentários ao procurar abordar, dentro das minhas possibilidades, o sério problema da navegação fluvial e lacustre do interior do País, e mui especialmente da do meu Estado, a qual, conforme já demonstrei, se encontra infelizmente em estado lastimável, depois de haver sido por muito tempo, uma das mais florescentes. Concorreram grandemente para esse desenvolvimento em época não muito distante, os esforços da livre iniciativa, pois, ali, as Empresas Privadas se destacaram realmente como pioneiras desse transporte, prestando inestimáveis serviços e enriquecendo sobremaneira as regiões banhadas pelos rios navegáveis.

Sr. Presidente, como bem afirmei naquela meu discurso, essas Empresas entraram em verdadeiro colapso e desapareceram. Tornou-se impraticável devido a fatores diversos, a continuação da exploração desse meio de transporte por parte da iniciativa privada, e especialmente dado ao rigor das Leis das Capitâneas dos Portos e Trabalhistas, atualmente em vigor; acrescido ainda Sr. Presidente, de precisar lutar em concorrência com um poderoso Órgão Estatal, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, Autarquia esta, que tem vivido às expensas dos cofres da Nação, sem que pelo menos, esteja em condições de prestar os necessários serviços que estão exigindo as ricas regiões do meu Estado.

Sr. Presidente, está, portanto, o S.N.B.P., com a responsabilidade, a obrigação enfim de atender a todos os transportes de cargas, passageiros, gado, cimento e outros produtos, que o progresso das ricas regiões servidas pela navegação de médio e alto Paraguai estão a exigir, da sua superior administração. — É necessário e imperioso se torna, que o atual Diretor da Bacia do Prata, o Dr. Bezerra Neto, encare o problema como de grande significação para o futuro da navegação e que se lhe dê a solução devida, pois os recursos para atender os planos elaborados, já aprovados, estão vidência e o alto descontentamento providenciados, graças à clarificativo do ilustre e operoso detentor da pasta do Ministério da Viação, o eminente brasileiro Virgílio Távora, que tem recebido aplausos gerais pela sua atuação, imprimindo como está num ritmo do trabalho sem precedente, numa demonstração insofismável da sua capacidade, a fim de solu-

cionar os variados sistemas de transportes do País.

Sr. Presidente, a esse respeito tenho a satisfação de ler um pequeno artigo, publicado no "Correio da Manhã" do dia 24 do corrente, que diz:

SNBP REAPARELHA-SE E MELHORARA TRANSPORTES

Para reaparelhar o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, vinculado ao desenvolvimento e à circulação da produção agropecuária das regiões centro-oeste e sudoeste do País, o Ministro Virgílio Távora autorizou a construção de três navios-currais pelo Arsenal de Marinha e oito chatas de 230 t cada uma, por parte de estaleiro particular. Serão adquiridos e destinados também ao SNBP, dois navios pequenos para a linha de Alto Paraná e três rebocadores, prevendo-se ainda a compra ou construção no País de dois navios de passageiros para o tráfego Corumbá-Cáceres.

RECUPERAÇÃO

Foi determinado o reaparelhamento da frota e de todo o material existente, com a liberação de 139,5 milhões de cruzeiros correspondentes aos duodécimos de novembro e dezembro de 1961 e ao corte feito na suplementação dos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano. Com as dotações orçamentárias e subvenções consignadas àquela autarquia, já se encontram em fase final os trabalhos para a construção do dique na base fluvial de Ladário, além das reparações no rebocador "Tupi" (já atendendo ao transporte de gado) e do cargueiro "Argentina", que no próximo mês fará, pelo menos, duas viagens transportando minérios para portos argentinos. Outros navios (inclusive petroleiros), entre eles o "Tibirica" e o "Santo Antônio", sustentam as disponibilidades atuais, consideradas insuficientes.

Seguem discriminados os vários trabalhos que o Serviço Nacional da Bacia do Prata vai efetuar.

TRANSPORTE

A progressão da demanda regional de transporte vem-se acentuando e, no período 1959-1961 somente as necessidades de tráfego no rio Paraná acusaram (exportação-importação) elevação de 71,7% no setor de mercadorias. No rio Paraguai, houve colapso nas empresas particulares brasileiras que exploravam o transporte em concorrência com o SNBP, ressurgindo as possibilidades de expansão do sistema da autarquia. A demanda de mercado para o petróleo, cimento, produzido em Corumbá, gado, farinha de trigo, tanino (única fonte de abastecimento para a indústria nacional de curtumes em Porto Murtinho) no momento sofre rebate pela falta de transporte; nos dois sentidos. O mesmo ocorre com as exportações para portos paraguaios e argentinos: minérios de ferro e managanês, mate e madeiras. O plano de reaparelhamento estabelecido pelo MVOP para o SNBP visa, principalmente, a equilibrar a capacidade de transporte à demanda exigida, incentivando as exportações nacionais em primeiro plano.

SUPREMACIA

Com a expansão elevar-se-á o índice de rentabilidade dos serviços do SNBP, a cuja frota sempre pertenceu a supremacia — inclusive no tráfego de passageiros — dos transportes entre Mato Grosso

e Assunção. Decorrente da situação em que se encontravam aqueles serviços, notou-se o início da influência de empresas paraguaias em rotas e águas brasileiras. Recentemente, o Paraguai, adquiriu frota de navios no Japão e na Espanha, unidades modernas, especiais para a navegação fluvial, algumas já em tráfego. Foi anunciada a penetração dessa concorrência até Corumbá, dentro em breve, e que dificultaria — não fosse imediatamente determinada a recuperação da frota nacional — a retomada dos habituais transportadores. O planejamento apro-

vado pelo titular da Viação prevê, inclusive a integração do sistema fluvial do SNBP com os setores ferroviário, rodoviário, lacustre, aéreo e marítimo que atendem àquela região do País.

Congratulo-me com o ilustre Ministro da Viação por essa medida acertada que tomou, beneficiando, sobremaneira, a navegação do meu Estado. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vários nobres Deputados têm proferido discursos de críticas ao Senador Federal pelo retardamento de proposições oriundas daquela Casa do Congresso Nacional.

O Último deles o ilustre Deputado Floriano Paixão, do Rio Grande do Sul, meu dileto amigo, enumerou algumas proposições que, seguindo S. Exa., estariam engavetadas nesta Casa em detrimento dos interesses coletivos.

Nenhuma razão milita em favor dessas críticas, por isso que as proposições fludidas e muitas outras es-

tão sendo estudadas e em transmissão nas Comissões permanentes; algumas delas vieram a Flunário receberam emendas e retornaram às Comissões.

Vou ler, para que conste dos Anais e como resposta cordial ao nobre Deputado Floriano Paixão e a outros eminentes parlamentares daquela Casa do Congresso, às referências fim de que a Nação e aqueles ilustres colegas verifiquem que nenhuma razão milita em favor das críticas formuladas e através quais, em suma, pretendem promover a extinção do Senado como prejudicial às instituições.

Os projetos são os seguintes:

PROJETO Nº		OBJETO	Leitura no Senado	SITUAÇÃO
C.D.	S.F.			
1.039-48	333-52	Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros da empresa.	25-11-52	Em 9-2-62 é aprovado requerimento do Senador João Villasboas no sentido de passar da Comissão de Legislação Social para a de Finanças.
3.549-57	36-56	Dispõe sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações.	12-12-61	Está com a Comissão Mista que deve dar parecer sobre o substitutivo do Senado. É projeto do Senado. Remetido à Câmara dos Deputados em 29-11-57 só voltou em agosto de 1961.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com muito prazer.

O Sr. Sérgio Marinho — Sinto-me no dever de esclarecer, em aditamento à informação que V. Ex^a acaba de ler, que o Projeto de o Código Brasileiro de Telecomunicações, na realidade, permaneceu durante todo esse tempo na Câmara dos Deputados. Chegado ao Senado, conforme é do conhecimento da Casa, constitui-se uma Comissão Especial para relatar o Substitutivo proveniente da Câmara dos Deputados e o Projeto originário

do Senado. Essa Comissão, da qual tive a honra de ser o Relator, concluiu seus trabalhos no espaço de quatro ou cinco semanas. Após a aprovação do parecer, por unanimidade, na Comissão, o Deputado Fernando Santana levantou questão de ordem no sentido de que deveria ser constituída uma Comissão Mista para apreciar o Código em causa. Esse ponto de vista, afinal de contas, a Mesa entendeu por bem acatar, e, acatando-o, constituiu Comissão Mista de Srs. Deputados e Senadores. Esta Comissão realizou três reuniões, sendo uma de instalação e mais outras duas. Conforme declaração do Relator, a apresentação do parecer ficaria na

dependência do pronunciamento do Conselho de Segurança Nacional, pronunciamento esse que deveria ser dado pelo Conselho e não, conforme é de praxe, pelo seu Secretário, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Conhecido o ponto de vista do Conselho, o Relator impugnou o pronunciamento sob a mesma alegação, isto é, que o pronunciamento deveria ser dado pelo Conselho Nacional de Segurança, e não pelo Secretário do Conselho. A última reunião da Comissão Mista realizou-se há cerca de vinte ou trinta dias; daí para cá, jamais se reuniu. Aproveito, portanto, o ensejo em que V. Ex^a presta contas ao Plenário e à opinião

pública do País, dos trabalhos e da seriedade com que os mesmos são nesta Casa, conduzidos, para trazer essa informação, ou seja: que a Comissão Mista, criada para o exame do Código Brasileiro de Telecomunicações, não terminou seus trabalhos e não os tendo ultimado, o que cumpre é providenciar no sentido de que a Comissão se reúna a fim de dar continuação aos trabalhos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Agradeço o esclarecimento prestado por V. Ex^a que bem infirmam as acusações feitas pelos nobres Srs. Deputados, contra o Senado Federal. Volto à enumeração dos projetos, Sr. Presidente:

PROJETO Nº		OBJETO	Leitura no Senado	SITUAÇÃO
C.D.	S.F.			
1.471-49	24-58	Regula o direito de greve, na forma do artigo 158 da Constituição.	17-3-58	Encerrada a discussão em 10-2-60 com 34 emendas, voltou às Comissões. Em 28-4-61 o Sr. Barros Carvalho requereu urgência. O requerimento foi retirado pelo Líder, em exercício, do PTB, Sr. Arlindo Rodrigues, em 10-5-61.
2.159-57	166-58	Institui a cédula única de votação nas eleições pelo sistema proporcional.	24-11-58	Já recebeu parecer da Comissão de Justiça tendo sido encaminhado à Comissão de Finanças.
1.837-60	94-61	Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e dá outras providências.	18-7-61	Está em poder da Comissão Especial eleita para estudá-lo. O relator é o Senhor Nelson Maculan.
3.251-61	189-61	Disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior.	5-12-61	Está em poder da Comissão Mista presidida pelo Deputado José Maria Alkmim.

é público e notório que essa Comissão está no Rio de Janeiro, depois ter providenciado a audiência de diversos elementos e de órgãos do Governo a respeito da proposição para tornar, afinal. A Comissão tem-se unido na Guanabara para ouvir técnicos e autoridades da Superintendência da Moeda e do Crédito. Em audiência, vê-se bem que não há possibilidade na arguição formulada na Câmara dos Deputados. Não se prende, portanto, nem se justifica a ligação do Senado. Acredito que quaisquer fórmulas que invistam nesse sentido o Senado terá habilidade de levá-las liminarmente.

Além, concluindo meu discurso, designar uma frase que considere admirável, do eminente colega Senador Milton Campos, "então, quando debatíamos assunto pertinente à política internacional: "Nós precisamos voltar à naturalidade". (Muito m)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã-eira, dia 2, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Segunda-Feira)

Sessão de 2 de abril de 1962

1

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 15, de 1961 (número 93, de 1959, na sua origem) que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª região da Justiça do Trabalho e dá outras providências — em regime de urgência, nos termos do artigo 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento número 77, de 1961, dos Senhores Lima Teixeira

(Líder da Maioria em exercício), Lobo da Silveira e Jurbas Maranhão. — tendo — Pareceres número 57, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; — número 58, de 1962, da Comissão de Legislação Social, favorável; — (proferido na sessão de 27 de março), da Comissão de Serviço Público Civil, solicitando audiência do Tribunal Superior do Trabalho; — número 59, de 1962, da Comissão de Finanças, pela impossibilidade de se pronunciar sobre a matéria antes da diligência solicitada pela Comissão de Serviço Público Civil. — número 64, de 1962, da Comissão de Serviço Público Civil, favorável ao Projeto com as emendas que oferece, sob número 1 e 2 — CSCP — Oral: Conferido na sessão de 30 de março, favorável ao Projeto e às emendas.

2

Votação, em discussão única do Requerimento número 78, de 1962, em que os Senhores Senadores Benedito Valladares (Líder do PSD), Daniel Krieger (Líder da UDN), Jefferson de Aguiar, Fausto Cabral e Gilberto Marinho solicitam urgência, nos termos do artigo 330, letra c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 126, de 1961, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de advogado.

3

Votação, em discussão única, do Requerimento número 98, de 1962, em que os Senhores Senadores Filinto Müller (Líder da Maioria) e José Feliciano solicitam urgência, nos termos do artigo 330, letra b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 178, de 1961, que isenta do imposto de consumo os fertilizantes simples e compostos

destinados à aplicação em atividades agrícolas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos)

MÚTUA PARLAMENTAR

CHAMADA PARA PAGAMENTO

A Diretoria da Mútua Parlamentar pede o comparecimento até o dia 30 de abril de 1962, dos mutuários abaixo relacionados inscritos no Parágrafo 1º, do Art. 14, dos seus Estatutos:

Alberto Botelho.
Alfredo Palermo.
Aluizio Alves.
Américo Godoy Ilha.
Antonio Euzébio Costa Rodrigues.
Carlos Viriato Saboia.
Cezar Pereira dos Santos.
Cícero Alves.
Cid Campelo.
Dinarte Medeiros Mariz.
Divonsir Borba Côrtes.
Domingos Netto Velasco.
Eduardo Duviolier.
Elder Freire Varela.
Eunapio Peltier Quelroz.
Floriano Lopes Rubim.
Geraldo Ildéfonso Mascarenhas da Silva.

Geminiano Hannequim Dantas.
Israel Pinheiro da Silva.
Heitor Pereira Filho.
João Batista Alves de Macêdo.
João Galvão de Medeiros.
José da Silva Matos.
José de Freitas Jatobá.
José de Pontes Vieira.
José Eduardo Prado Kelly.
José Gomes de Oliveira Guimarães.
Josino Rocha Loures.
Leszek Bronislau Ostojka Roguski.
Lia Pederneras de Farias.
Licurgo Leite Filho.
Júlia da Costa Ribeiro Pessoa.

João Ursulo Ribeiro Coutinho.
Lui Carlos Pereira Tourinho.
Mário Eugênio.
Paulo de Menezes Bentes.
Prisco dos Santos.
Odete Lopes de Almeida.
Tarcilo Vieira de Melo.
Theobaldo Neumann.
Virgílio Marques Santa Rosa.
Washington José de Almeida Moura.

Armando Ribeiro Falcão.
Benjamin Mourão.
Carlos Waldemar Rollemberg.
Cezar José dos Santos.
Dolor Ferreira de Andrade.
Fernando Flores.
João Chrysostomo de Farias.
José Arnaud Neto.
José Rodrigues Seabra.
Lauro Gentio Portugal Távares.
Mauro Borges Teixeira.
Mirocles Campos Veras.
Oswaldo Orico.
Pedro Vergara.
Praxedes da Silva Pitanga.
Ramiro Berert de Castro.
Regina Feigenbaum.
Sebastião Marinho Muniz Falcão.
Stella Prata da Silva Lopes.
Theodoro Porto da Fonseca.

"Art. 14 Parágrafo 1º O mutuário Será excluído pela Diretoria quando deixar de pagar quatro (4) contribuições seguidas, perdendo assim todos os direitos que lhe assistiam..."

ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA NOVOS SÓCIOS

A Diretoria da Mútua Parlamentar, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 2º dos Estatutos comunica que estão abertas as inscrições para novos sócios até 15 de Junho de 1962.

MÚTUA PARLAMENTAR

A Diretoria da Mútua Parlamentar comunica o falecimento do ex-Mutuário José Trindade da Fonseca e Silva

Balancete da "Receita" e da "Despesa" relatado aos meses de janeiro e fevereiro de 1962

RECEITA

DESPESA

	Cr\$	Cr\$
Saldo que passou do exercício de 1961:		
Banco do Brasil S. A.	707.860,00	
Banco Nacional de Minas Gerais S. A.	33.469,80	
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.	196.706,70	938.037,10
Importâncias Recebidas:		
100º Pecúlio	19.500,00	
99º Pecúlio	124.500,00	
98º Pecúlio	125.000,00	
97º Pecúlio	5.500,00	
96º Pecúlio	2.000,00	
95º Pecúlio	2.000,00	
94º Pecúlio	2.000,00	
93º Pecúlio	1.000,00	
92º Pecúlio	1.000,00	
91º Pecúlio	1.000,00	
90º Pecúlio	1.000,00	
89º Pecúlio	1.000,00	
88º Pecúlio	1.500,00	
87º Pecúlio	500,00	
86º Pecúlio	500,00	
85º Pecúlio	500,00	
84º Pecúlio	500,00	
83º Pecúlio	500,00	289.500,00
TAXA DE EXPEDIENTE		
Importância arrecadada do 95º Pecúlio	12.400,00	
		1.239.937,10

	Cr\$	Cr\$
95º Pecúlio		
Pago aos beneficiários do ex-mutuário Alfredo Maurício da Silva, arrecadação até 20.2.1962		248.000,00
TAXA DE EXPEDIENTE		
Pago despesas com o pessoal durante o mês de janeiro		15.000,00
Saldo que passa para o mês de março:		
Banco do Brasil S. A.	746.760,00	
Banco Nacional de Minas Gerais S. A.	33.469,80	
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.	196.706,70	976.937,10
		1.239.937,10